

Tendências recentes da pesquisa em retórica¹

Silvana Silva²

Resumo:

Esta tradução pretende apresentar o novo interesse nas pesquisas retóricas em diversos campos do saber (argumentação, análise do discurso, estudos enunciativos, estudos semióticos e outros) atuais. Assim, o chamado “legado retórico” é problematizado em seu potencial apenas “histórico”: François Provenzano nos mostra que a retórica permite problematizações epistemológicas que o colocam no legítimo papel e vocação de ciência total das humanidades. O artigo ora traduzido apresenta, a nosso ver, um panorama suficientemente amplo para os que desejam serem introduzidos na atual pesquisa em retórica em perspectiva francófona.

Palavras-chave:

Retórica; Estudos enunciativos; História das ideias linguísticas.

Resumée:

Cette traduction entend présenter le nouvel intérêt pour la recherche rhétorique dans plusieurs champs actuels du savoir (argumentation, analyse du discours, études énonciatives, études sémiotiques, et autres). Ainsi, le “héritage rhétorique” est problématisé dans sa seule potentialité “historique”: François Provenzano nous montre que la rhétorique permet des problématisations épistémologiques qui la placent dans le rôle et la vocation légitimes d’une science total des humanités. L’article présente, a notre avis, un panorama suffisant large pour ceux qui souhaitent s’initier aux recherches actuelles en rhétorique dans une perspective francophone.

Mots clés:

1. PROVENZANO, F. Tendances récentes de la recherche en rhétorique », *Le Français moderne*, 84e année, 2016, 2, p. 226-243. Disponible sur ORBI-U-LIÈGE (artigo solicitado ao autor). Agradecemos a autorização de publicação da presente tradução.

2. Silvana Silva é Professora Adjunta do Instituto de Letras-UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Doutora em Estudos da Linguagem – UFRGS.



Apresentação e comentários à tradução

Provenzano, professor de retórica e semiótica na Université de Liège, apresenta ao leitor uma generosa revisão dos renovados estudos da retórica nos últimos 30 anos, em especial no contexto francófono (apesar da alusão a algumas produções norte-americanas e holandesas). A generosidade da empreitada se deve menos a uma intenção “totalizante” ou disciplinar do autor — haja vista o estilo provocativo e por vezes problematizador de algumas de suas proposições — mas a um desejo de mostrar que a Retórica, essa multimilenar disciplina, ainda preserva certa unidade, nem que seja em nível implícito, qual seja, unir descrição formal, linguageira a uma campo propriamente persuasivo e político do dizer, vocação grega da retórica, e, a nosso ver, de qualquer empreendimento de estudo retórico. Além do panorama histórico e unificador dos “estudos retóricos”, Provenzano lança importante questão metodológica: para além do uso de “fórmula” que a análise de discurso apropriou da Retórica para seus estudos de campos midiáticos, por exemplo, a reflexão teórica deveria se questionar sobre sua própria concepção, descrição e reconceitualização de “figura de linguagem” (no singular) e de “figuras de linguagem” (no plural). Esse questionamento forte encontramos com mais evidência no texto *A antiga Retórica*, de Roland Barthes, que encontramos citado “em passant” por Provenzano, preocupado que está com o “voe panorâmico” pelas tendências recentes em retórica. A leitura e tradução do presente artigo nos leva, como estudiosa da perspectiva retórica, a pensar, com Provenzano — e com Barthes e também Perelmann sobretudo — que fazer retórica hoje em dia é levar muito a sério a proposição saussuriana de que é necessário se estabelecer pontos de vista de descrição antes de empreender o estudo — retórico — propriamente dito. Vamos à tradução, alors!

1 Dificuldades da retórica: historicidade, atualidade, fronteiras

Todos sabem como é perigoso ter a pretensão de estabelecer uma revisão teórica panorâmica de trabalhos recentes ligados a um campo disciplinar particular. Com efeito, esse tipo de exercício sempre se apoia em uma seleção de critérios cuja explicitação seria particularmente complexa: alguns critérios levam em consideração a concepção que fazemos da temporalidade própria à atividade científica (e que orientará a escolha do que qualificamos de “recente”); outros tocam a definição do que representa uma “ruptura”, “uma novidade”, ou, ao contrário, uma “retomada”, um “prolongamento”, entre diferentes paradigmas disciplinares; outros, ainda, são relativos, evidentemente, a interesses particulares e o percurso específico daquele que se coloca em exercício, e então o ponto de vista, sempre situado, não pode se valer de uma posição de sobressalência senão ao custo de numerosos artifícios.

Todas essas dificuldades são exacerbadas no caso específico da disciplina retórica; essas dificuldades representam, todavia, ao mesmo tempo, desenvolvimentos de pesquisa bem específicos.



Multimilenar, a retórica se inscreve há muito tempo na civilização ocidental, a tal ponto que sua historiografia constitui em si mesma uma das principais modalidades (talvez a mais legítima) pelas quais ela existe na paisagem científica. Desde a atividade de síntese dirigida em 1999 por Marc Fumaroli (dir., 1999), não há um manual de introdução à retórica que não comece por situar o arquivo da disciplina. Nos dois volumes que a imponente série sistemática *Handbücher zu Sprach- und Kommunikationswissenschaft* consagrou à retórica (e à estilística) (Fix, Gardt Gardt & Knape, dir., 2008-2009), numerosas contribuições procuram mostrar a importância da retórica (como teoria e como prática) na história do ensino a partir da Antiguidade grega. A prestigiosa casa Les Belles Lettres publicou, do erudito Wilfred Stroh, *Une petite histoire de la rhétorique dans la Grèce et la Rome antiques* (Stroh 2010), que insiste, além disso, sobre a atualidade da disciplina. A retórica permite assim às perspectivas historiográficas colocar a erudição a serviço de um foco por vezes muito político sobre questões contemporâneas. É notadamente uma tal leitura atualizante que autorizam o legado de François Goyet (2000) e, mais recentemente, em uma perspectiva mais abertamente politológica, a tradução dada à obra de Sophia Rosenfeld (2011) sobre a noção de senso comum.

A historicidade intrínseca da disciplina retórica conduz também a avaliar diferentemente o que consideramos como novidade, mesmo rupturas, no campo disciplinar que parece dar a conhecer somente “renascenças”. Assim, a partir de Ruth Amossy e Roselyne Koren (dir., 2002), Marc Argenot, Marc André Bernier et Marcel Côté (dir., 2016) publicaram uma obra coletiva sobre Perelman e sua atualidade. Essa atualidade toca tanto as perspectivas teóricas quanto dimensões aplicadas próprias à retórica de Perelman. É impressionante constatar a que ponto o rótulo retórico é hoje brandido por iniciativas visando, nem mais nem menos, renovar o projeto pedagógico (e político) da *humanitas* antiga, em lhe oferecendo os meios. Assim, o ambicioso projeto conduzido por Emmanuelle Danblon, Victor Ferry e Benoît Sans sobre exercícios da retórica antiga, que essa equipe do ULB se propõe a atualizar nas escolas hoje, segundo uma verdadeira abordagem experimental: ao contrário das abordagens normativas, os pesquisadores aqui defendem o exercício de um olhar técnico sobre a argumentação e sobre a diversidade de provas possíveis sobre um mesmo assunto, com o objetivo de uma educação à cidadania democrática³.

Em contrapartida, o ramo figural da renascença retórica não parece fazer o objeto de uma mesma retomada de arquivo. Em realidade, os trabalhos sobre as figuras são sempre numerosos, mesmo muito numerosos, que aqueles da tradição de Perelman, mas eles se apresentam menos como re-proposições de quadros teóricos já provados em retórica (antiga, clássica e “renascentista”) do que como deslocamentos de perspectiva que projetam a retórica figural em direção a novos problemas e novos métodos (ver abaixo). Além disso, encontramos verdadeiramente aí um painel aplicativo similar ao que caracteriza a re-renascença da retórica argumentativa.

Histórica, atual (ou atualizada), a retórica é igualmente não localizável, o que complica ulteriormente o papel daquele que poderia querer se situar em relação a ela. Ela constitui verdadeiramente um ramo das ciências da linguagem? Ou ela seria a ciência da linguagem integrativa por excelência, à qual seriam subordinadas as diversas linguísticas (socio-, psico-, neuro-, enunciativa, cognitiva, textual, etc.)? Nessa opção, sobretudo hegemônica, que conexões teria a retórica

3. Ver especialmente o dossiê de artigos recentemente publicado na revista *Exercices de rhétorique* e em particular a Introdução (Ferry & Sans, 2015).



com essas outras super-disciplinas que são a sociologia, a filosofia, a semiótica, a antropologia? Poderia a retórica verdadeiramente dialogar com elas em paridade? Ou então o conjunto de fenômenos pelos quais ela se responsabiliza não constitui senão os conhecimentos sobre o Social, o Verdadeiro, o Sentido, o Homem? Que compatibilidades e incompatibilidades epistemológicas organizam as relações entre esses continentes disciplinares? Dito de outra forma: que concepções do Social, do Verdadeiro, do Sentido, do Homem dão lugar a uma concepção do Discurso eficaz — se é sobre isso que queremos fazer o nó da investigação retórica? E se a atualidade da retórica seria precisamente ligada a essa dupla função de colocação em crise e reorganização disciplinar, sobre o fundo de uma demanda social, sempre mais forte, de justificação de *humanidades*?

Ao adotar uma concepção menos hegemônica, mas mais técnica da retórica, devemos então nos perguntar o lugar que seus conceitos e suas chaves de leitura específicas ocupam no seio da história e da teoria literárias (notadamente em vizinhança sempre atual com a estilística), ou no seio de todos esses recortes setoriais que constituem hoje o mosaico da análise do discurso (publicitário, institucional, midiática, política, etc.). Trata-se como defende Ruth Amossy (2000), de casar a epistemologia geral da AD para se reservar o ramo da “dimensão argumentativa” de discursos? Onde se limitam exatamente as fronteiras dessa “dimensão argumentativa”, por relação a outros fenômenos discursivos que não relevam da retórica?⁴

Que dizer ainda da fronteira entre o verbal e o não verbal: desde o apelo de Roland Barthes (1964) para uma “retórica da imagem”, a retórica transpôs a análise do visual, sem que essa transposição tenha conhecido o mesmo sucesso da etiquetagem que a *semiótica* visual⁵, que parece ter solidamente ocupado o terreno.

Em termos de fronteiras, restaria enfim complicar ainda mais a paisagem ao fazer intervir as distinções geográficas que colorem muito diferentemente o que entendemos por retórica na tradição francófona, em relação à germanófono ou à anglo-saxônica. Nesse viés, para mencionar um único aspecto, parece-nos que a resistência acadêmica francesa ao *Cultural Studies*, e, sem dúvida, mais geralmente às diversas heranças da teoria crítica, pode privar a retórica de um terreno onde ela floresce além sem muitas complexidades, em ligação com as questões relativas às mídias, às identidades, ao poder⁶.

4. Sobre todos esses debates, ver em particular os dois primeiros dossiês da revista *Argumentation et analyse du discours* [online], consagrados respectivamente à *L'Analyse du discours au prisme de l'argumentation* (Amossy & Koren, dir., 2008) e à *Rhétorique et argumentation* (Id. 2009). Essas mesmas questões de fronteira se colocam seguramente com a pragmática, embora eles se expliquem muito menos em sua atualidade, na medida que os proponentes da pragmática parecem ter interesse em limitar o status da retórica ao de um arquivo histórico, uma “tradição” que “legou” seu testamento: no recente *Dictionnaire de pragmatique*, a breve entrada consagrada à retórica regula a questão nesses termos: “Arte por excelência da persuasão racional e da argumentação, o legado da tradição retórica se mostra determinante na gênese de diferentes teorizações em pragmática, pela importância do parâmetro discursivo, do papel dos sujeitos, e a função que o contexto tem na tessitura da comunicação” (Longhi & Sarfati, 2011, p. 141).

5. Observamos que, embora o termo retórica seja central na obra marcante de 1970 (*Rhétorique générale*), o Grupo μ escolheu resolutamente, na sequência de seus trabalhos, inverter a relação hierárquica entre a retórica e a semiótica: o *Tratado do signo visual* tem como subtítulo *Pour une rhétorique de l'image* (Groupe μ 1992), enquanto a última grande síntese teórica empreendida pelo Grupo μ (2015) reserva o status de “parte criativa de sistemas semióticos” (*ibid.*, p. 473), o que não é nada de diferente, mas que situa a atividade retórica, em a comparando notadamente à atividade científica, *por relação* a um sistema semiótico mais fundamental.

6. A título de exemplo, o Departamento de Comunicação da University of Washington propõe um curso de estudos em “Rethoric and Critical/Cultural Studies”. Ver especialmente Rosteck (1999).



Essas últimas considerações nos conduzem a ligar uma quarta dificuldade ao exercício panorâmico ao qual nos lançamos aqui: sem dúvida, mais que em outra disciplina, a retórica sofre de uma grande instabilidade da relação entre seu significante e seu significado. Para dizer de outra forma, a palavra retórica não coincide sempre com a coisa, da mesma forma que a coisa “retórica” se apresenta por vezes sob outras etiquetas, de forma que há, sem dúvida, tanto cripto-retóricas quanto pseudo-retóricas. Nossa intenção não é aqui de fazer o policiamento desses usos, mas, sobretudo, de colocar a constatação de um duplo flutuamento paradoxal: a aura do termo retórico pode servir para mascarar uma incerteza definicional, na medida mesmo em que essa aura a torna inapta a denominar legitimamente um setor disciplinar que poderia se estabelecer firmemente no campo do saber⁷. A irresistível ascensão de uma redatologia que toma pé na paisagem acadêmica norte-americana⁸ é sintomática dessa repressão terminológica, ao mesmo tempo que da necessidade de uma disciplina integrativa, que mistura estreitamente teoria e aplicação, e que leve em conta os jogos (epistemológicos e políticos) próprios a dominar técnicas discursivas no espaço público contemporâneo.

Nesse sentido, o desenvolvimento de *humanidades numéricas* não é sem dúvida estranho ao retorno ao primeiro-plano de preocupações sobre a colocação em formas de saber e para as condições de sua elaboração e de sua circulação⁹. Vimos aparecer recentemente uma *Retórica do texto numérico* (Saemmer 2015) que se define como uma “retórica da recepção” e tem por objetivo “estudar as figuras da leitura do texto numérico não como procedimentos retóricos significantes por eles mesmos, mas como potenciais antecipando sobre práticas de leitura” (*ibid*, p. 19). Observaremos que esse tipo de perspectiva reativa, para aplicá-la a novos corpus, o programa de uma “retórica da leitura” formulado uma vez por Michel Charles (1977, 1995)¹⁰, e que ela permite igualmente uma tipologia inédita de figuras” (Saemmer, 2015, p. 19): ao definir a figura como uma “*prefiguração* de práticas de leitura” (*ibid*, p. 112), ela renova necessariamente a taxionomia — provavelmente mais que os estudos mais diretamente ancorados na análise figural clássica (ver abaixo).

Vemos que todas essas dificuldades ligadas à definição disciplinar da retórica são também as vias pelas quais ela conhece hoje, sob modalidades mesmo flutuantes, um desenvolvimento crescente. Resta dizer que a retórica possui, além disso, uma dinâmica interna mais estabilizada e melhor identificável, da qual podemos querer destrinchar alguns traços salientes.

2 Figuras: as promessas da pragmática

Como já assinalamos acima, o estudo das figuras conhece um claro reinteresse, que, entretanto, não tem nada de uma retomada do arquivo legado pelas abordagens estruturalistas. Três grandes eixos complementares nos parecem organizar o campo das abordagens figurais.

7. As conotações pejorativas que o termo continua a carregar no senso comum não são mais estranhas a esses efeitos de ilegitimação.

8. Ver o site da Associação Canadense de Redatologia (Canadian Association for the Study of Discourse and Writing): <https://casdwacr.wordpress.com/>.

9. Ver notadamente Berra (2015). Auréline Berra é um dos principais teóricos atuais de humanidades numéricas no campo francófono; é ao mesmo tempo filólogo clássico especialista da retórica grega.

10. Ver abaixo a posteridade possível dessa retórica da leitura no estudo de *culturas retóricas*.



Trata-se, de início, de fazer jus às configurações sintáticas que sustentam a saliência figural, sem as reservar somente às ditas figuras “de construção”¹¹. Em seguida, a teoria figural procura se articular aos desenvolvimentos intensos da linguística enunciativa. Ao definir a figura como uma “colocação em cena enunciativa”, Alain Rabatel (2008, p. 14) convida a integrar plenamente a uma gama de fenômenos que portam o traço de uma atividade enunciativa, isto é, que participam da co-construção de sistemas de valores e de posições interacionais. Enfim, desde o célebre *Metaphors we live by*, de Georges Lakoff e Mark Johnson (1980), e o sucesso da teoria dos espaços mentais (Fauconnier, 1984), a abordagem cognitivista das figuras tem feito sucesso. Ainda que ela tenda a diluir a retórica na psicologia, essa abordagem conhece igualmente aplicações socio-políticas, como testemunha o recente dossiê que a revista *Metaphor and the Social World* consagrou ao impacto político de metáforas (Perrez e Reuchamps, dir., 2015).

Gramática, enunciação e cognição: essas três vias que exploram, entretanto, abertamente, a análise figural são reunidas pela etiqueta de uma “pragmática de figuras do discurso”, para retomar o título do ensaio de Marc Bonhomme (2005), recentemente republicado, mesmo de uma abordagem discursiva e contextualizante das figuras¹². Em todo caso, trata-se, entretanto, menos de descrever as operações formais e semânticas pelas quais a figura realiza um “distanciamento”, que de tomar a figura pela “saliência” que ela atualiza no meio ambiente largo e concreto de sua produção e de sua recepção (ao incluir, desde o início, os parâmetros interacionais, genéricos, enunciativos, cognitivos, argumentativos, e tudo o que assegura à figura sua funcionalidade em um discurso dado).

Esse tipo de abordagem sincroniza indubitavelmente a retórica figural sobre os últimos avanços em linguística do discurso; resta que ela nos parece introduzir duas hipóteses que detêm um pouco o desenvolvimento e que são, além disso, intrinsecamente ligadas.

Primeiramente, se a atenção é deslocada da figura a seu contexto, resta que a análise continua a *nomear* a figura em si-mesma, na medida em que ela não se reduz inteiramente à configuração enunciativa, que a suporta, nem à função pragmática que ela assume em discurso. De início, é toda a taxionomia um pouco desusada de figuras que continua, apesar de tudo, a organizar as categorias de análise. Encontramos tentativas de novas categorias e denominação, mas permanece a impressão de que o inventário de espécies figurais é um pressuposto de abordagens contextualizantes, que alguns substituem esses fenômenos em um quadro diferente, mas sem verdadeiramente colocar em causa a pertinência de categorias descritivas em si¹³.

Em segundo lugar, não é certo que, ao passar do “distanciamento” à “saliência”, tenhamos regulado completamente a questão da normatividade; nos parece que ela seja mais deslocada, ou disfractada, no nível do código linguístico em direção ao dos códigos enunciativos, gramaticais

11. Ver o lugar dado à noção de configuração em Joëlle Gardes Tamine (2011).

12. Como testemunham notadamente as obras coletivas seguintes: Calas *et al.*, dir., 2012; Salvan, dir., 2013; Gaudin-Bordes & Salvan, dir., 2015.

13. Ver a esse respeito a posição expressa por Catherine Fromilhague na reedição de 2010 do manual consagrado às “figuras de estilo”: “Tendo consciência do aporte realizado pela análise do discurso, não temos modificado nossos próprios quadros de análise, o que preserva a coerência analítica que nos procuramos. Essa edição realizará, portanto, uma atualização da bibliografia e colocação em discussão de certas figuras que interrogam as perspectivas que queremos mencionar, sem que coloquemos em causa o edifício primeiro.” (Fromilhague, 2010, p. 9).



ou comunicacionais. Com efeito, as características de “variação exemplar”, de “opacifi[cação da] textura de enunciados” e de “sobre determin[ação] de trocas verbais” (Bonhomme, 2014, p. 42) implicam ser determinados a partir de uma análise que os coloca em contraste com formas enunciativas, gramaticais e comunicacionais não marcadas. O verdadeiro canteiro que se abriria para uma pragmática preocupada em tirar todas as consequências de seus postulados seria de início reconhecer o caráter generalizado do fenômeno figural, deixando de dissolver as categorias tradicionais de figuras para as substituir por uma tipologia de *gestos discursivos*¹⁴.

3 Argumentação: os avatares da racionalidade

A segunda grande tópica que estrutura a pesquisa em retórica é naturalmente a da argumentação. Ela se conecta à anterior em função de iniciativas que, como a de um próximo colóquio em Berne¹⁵, procurar centrar os usos argumentativos de tal ou tal figura. Mas é necessário reconhecer que os estudos argumentativos tendem sobretudo a constituir uma via sempre distinta integrando senão marginalmente os procedimentos da *elocutio* em seu campo de pertinência. O funcionamento de estudos argumentativos consistiria sobretudo em deslindar uma concepção da racionalidade humana, um papel da linguagem natural na colocação em curso dessa racionalidade, e, ultimamente, uma função cultural para a atividade argumentativa.

Assim, na última publicação da *revista Argumentation et analyse du discours*, Marianne Doury et Christian Plantin (2015) defendem, a partir de um estudo de caso centrado sobre o tratamento midiático dos resultados eleitorais, uma metodologia de análise argumentativa de discursos ordinários que tendem, em suma, a se ajustar à teoria retórica suposta pelos parceiros da interação, isto é, a tomar em conta, entre os dados, as normas adotadas na interação para avaliar os discursos de outro, essas normas sendo elas mesmas situadas em um “razoável” local, mais ou menos institucionalizado (o centro de justiça e a assembléia política sendo os exemplos canônicos). Na esteira da “sociologia compreensiva” de Max Weber, os autores falam de uma “abordagem compreensiva da argumentação”:

[...] isto é, uma abordagem que leva em consideração o sentido que os interlocutores dão a suas atividades argumentativas, os saberes que eles constroem sobre suas atividades, e suas intenções, tais como elas se manifestam. Em particular, tomamos a sério e reconhecemos o valor de avaliações recíprocas que eles possuem sobre suas atividades argumentativas. (*Ibid.*, 93).

As proposições de Doury e Plantin nos parecem sintomáticas de uma colocação a distância da definição canônica da retórica argumentativa como arte da pesquisa do consenso e como avaliação unilateral dessa arte.

14. É essa via que explora a obra coletiva Ltrr13 (no prelo).

15. Colóquio Internacional “Les usages argumentatifs de la métaphore », organizado por Marc Bonhomme e André Horak, Université de Berne, 3-4 juin 2016. Ver também Plantin (2011).



Essa colocação à distância pode tomar formas mais radicais: desde *La parole panphlétaire* (Angenot, 1982) até *Dialogues de sourds* (Angenot, 2008) e *Apologia da polêmica* (Amossy, 2014¹⁶), é com efeito impressionante constatar a abrangência que tomaram o estudo de discursos polêmicos no campo de estudos retóricos¹⁷, a ponto que uma disciplina que tem a muito tempo apresentado como estudo de formas discursivas do acordo, se prende hoje ela mesmo na defesa da polemicidade. Na obra citada acima, Ruth Amossy se pronuncia a favor de uma “retórica do dissenso”, a partir dessa questão de fundo, que aponta com evidência o horizonte político dos estudos argumentativos:

[...] em um espaço pluralista, onde as divergências de opiniões frequentemente profundas tem direito à cidadania, onde os pressupostos de uns e de outros conduzem frequentemente a lógicas incompatíveis, onde à razão universal se substituem regimes alternativos de racionalidade, onde a deliberação ecoa frequentemente de forma a assegurar um consenso, quais são as funções sociodiscursivas da polêmica? (Amossy, 2014, p. 43).

O campo que se abre assim nos parece aquele de um estudo de *culturas retóricas*, sobre o qual nos detemos mais adiante. Guardemos aqui, de uma parte, a ideia de que as interações retóricas devem ser reportadas às normas sociais de colocação em discurso que as validem em uma comunidade dada, e que não forçosamente universalmente partilhadas, de outra parte, a ideia de que essas interações retóricas assumem elas mesmas funções estruturantes, frequentemente dissensuais, no seio do espaço público. A obra de Jérôme Jacquin (2014) sobre a prática do debate sintetiza as modalidades do encontro atual, sob o signo da argumentação dissensual, entre as ciências da linguagem e as ciências sociais.

Isso dito, essa reinscrição do *polemos* no coração do *logos* conduz igualmente a outras perspectivas, além das interacionais e sociopolíticas. Mathilde Vallespir e Marie-Albane Watine, na introdução à obra coletiva *La violence du logos* precisam que sua perspectiva, inspirada notadamente nos trabalhos de Barbara Cassin, privilegia a “violência semiótica” de que o *logos* é portador: “Uma tal violência reside [...] a inadequação, ou a adequação somente parcial do *logos* ao que tem vocação a representar.” (Vallespir & Watine, 2013, p. 30-31).

4 Giro ética e giro emocional

A visada polemológica de estudos retóricos correspondem, mais que a um alargamento ou uma problematização da noção de *logos*, a um retorno massivo de categorias do *ethos* e do *pathos* como chaves de análise da eficácia de discursos. Parece hoje evidente que a imagem de si e que a gestão de emoções é não somente em si objetos de argumentação em sua totalidade, mas

16. Nota de Tradução: Traduzido para a língua portuguesa (Editora Contexto, 2017, equipe coordenada pela Professora Mônica Magalhães Cavalcante).

17. Ver o imponente dossiê bibliográfico anotado reunido pela equipe ADARR (sob a responsabilidade de Sylvie Housiel e Maria Brilliant, com a colaboração de Dominique Garand), no site da equipe: <http://humanities.tau.ac.il/adarr/fr/2013-01-31-10-45-33/le-discourspolemique>. Esse interesse se une ao da sociologia de ciências pelo estudo de “controvérsias”: ver especialmente Gingras (dir., 2014).



constituem também provas válidas da argumentação ordinária — válidas porque precisamente validadas por normas sociais de colocação em discurso adotadas por usuários.

Essas normas variam segundo comunidades discursivas visadas. A centralidade reencontrada da noção de *ethos* toma por sua parte ao que ela se ajusta a todo tipo de corpus e que ela permite assim traçar um continuum entre as abordagens mais sociologizantes e interacionais (na filiação goffmaniana), as abordagens mais linguísticas (de Ducrot a Maingueneau), fiéis à idéia de uma “imagem de autor” construída discursivamente¹⁸ e liberada da intencionalidade persuasiva que lhes presta a retórica clássica, enfim às abordagens que se ligam ao que José-Luis Diaz nomeou as “cenografias autoriais” (Diaz, 2007) e que fazem parte de uma história de representações centradas sobre os imaginários de autores.

A síntese oferecida por Ruth Amossy (2010) oferece, nesse aspecto, um panorama completo de problemáticas abertas pelo estudo do *ethos*, do discurso político ao discurso literário, passando pelo discurso científico ou o discurso jornalístico. Desde então, a fortuna da noção não fez mais que diminuir.¹⁹ É que mais do que constituir um importante confluente metodológico, ela reencontra ao menos dois tópicos de pesquisa na atualidade e a visada socio-política são evidentes: de uma parte a questão da *responsabilidade*, e mais globalmente a de uma ética de práticas discursivas, de outra parte, a questão de novas formas de autorialidade produzidas pela escritura numérica.

Essa visada ética de teorias do discurso corresponde muito estreitamente a uma visada emocional, que marca tanto as ciências sociais²⁰ quanto as ciências da linguagem. Essas últimas propõem, com efeito, modelos de análise muito finos e muito completos que permitem dar conta do funcionamento discursivo de afetos. Simetricamente aos trabalhos sobre o *ethos*, o campo do *páthos* se encontra, então, vinculado aos mecanismos enunciativos, seus componentes lexicais e morfo-sintáticos, suas funções argumentativas, suas dinâmicas interacionais, para todo gênero de discurso e para toda situação de comunicação. A síntese mais poderosa e mais integrativa oferecida em nossos dias é, a nosso ver, a de Raphael Micheli (2014), que propõe notadamente a distinção de três “modelos de semiotização da emoção”: dita, mostrada, apoiada. O modelo proposto, e sua colocação em cena muito convincente sobre dados empíricos — que permitem, de passagem, a provar a dificuldade de definir “observáveis” em análise retórica — nos parece refletir muito fielmente o estado de possíveis teóricos no campo de estudos do discurso. Parece com efeito que a intersecção, entretanto, firmemente estabelecida, e extremamente fecunda, entre uma linguística do código, uma linguística do discurso, uma linguística do texto e uma abordagem argumentativa do discurso, poderiam se estender além do campo assim delimitado: um dos grandes méritos da obra de Micheli é que, sem renunciar a alta tecnicidade de seu modelo linguístico,

18. Ver a desde então célebre distinção entre “ethos dito” e “ethos mostrado”, que encontramos em Dominique Maingueneau (1993).

19. Ver notadamente esses dois dossiês recentes, situados, entretanto, sobre porções muito diferentes do espectro disciplinar: Dhondt *et al.* (dir., 2013) e Grishpun (dir., 2014).

20. Não é aqui o lugar de detalhar o painel sociológico desse desenvolvimento: indicamos especialmente a Frédéric Lordon (2013).



ele esboça vias de diálogo com as ciências cognitivas e as ciências sociais²¹. Ao assumir de início essas aberturas disciplinares, e ao propor, além disso, articulações muito próximas entre o estudo do páthos e as outras porções do edifício conceitual da fala eficaz (a figuralidade, os gêneros do discurso, e ainda mais o *ethos*), a perspectiva proposta por Micheli poderia realmente servir de modelo a uma refundação disciplinar da retórica.

É necessário empregar o condicional, pois, por hora, se os diversos espaços que vemos evocar reconstituem mais ou menos o mosaico de fenômenos embaraçados pela tradição retórica, força é de constatar que o dito mosaico é ainda largamente eclodido e que o rótulo *retórica* não se impõe como um princípio unificador pertinente²².

Além de considerações institucionais, suscetíveis de explicar essa constatação pela tendência crescente à especialização, podemos igualmente tentar reportar a difração atual dos estudos retóricos aos grandes nós epistemológicos que parecem hipotetizar, frequentemente de forma implícita, o projeto disciplinar.

5. Ruptura disciplinar e nós epistemológicos

O primeiro nó diz respeito à relação entre *variação* e *estabilização*. Que esse seja em termos de *distância* e de *norma*, de *conotação* e de *denotação*, de *saliência* e de *fundo*, de *distância* e de *adesão*, de *esquematisação* e de *realidade*, a retórica (figural mas também argumentativa) tende a definir seu objeto de conhecimento como um *movimento* em relação a *expectativas* semióticas pré-definidas; dito de outra forma, como *o que vem depois*, o que vem para redimir uma perturbação, e se identificaria sobre o fundo de uma semiose estabilizada. Ou, não podemos também considerar que é, inversamente, essa estabilização que intervém pontualmente (mesmo raramente) sobre o fundo de uma variação permanente e definitiva do funcionamento do sentido socialmente eficaz. O segundo nó concerne à tipologia de discurso (em particular o estatuto do literário). O privilégio acordado à distância toma historicamente ao que a interrogação retórica se porta sobre a especificidade do discurso literário. Ou as abordagens retóricas se ligam sempre a um espectro mais largo do discurso, com um interesse particular para o discurso publicitário, científico e político. Esse alargamento levanta duas questões: de uma parte, a de partilhas genéricas instituídas entre esses tipos de discurso, tais como registradas mesmo reforçadas pela análise retórica; de outra parte, a do lugar da dimensão discursiva no seio de uma cadeia de práticas próprias a esses diferentes setores sociodiscursivos e portadores de mediações específicas, a serem articuladas com mediações discursivas.

21. Podemos nos lamentar, no entanto, de que esse diálogo não se estenda à semiótica, entretanto, muito carregado sobre os fenômenos patêmicos. Com efeito, ainda que ele empregue o termo “semiotização”, Micheli precisa sobretudo: “Semiotizar” e “semiotização” funcionam (...) aqui como o que chamamos em inglês *umbrella terms* (termos guarda-chuva). Não se trata, em os escolher, de se inscrever no paradigma específico da *semiótica das paixões*, notadamente representada pelos trabalhos de Greimas e Fontanille (1990)” (*ibid*, p. 18).

22. Ao abordar de frente problemáticas que levam em consideração diretamente problemáticas que relevam diretamente da retórica, Micheli, ele mesmo, não reivindica absolutamente essa pertença disciplinar — o termo *retórico* é, além disso, ausente do index.



O terceiro nó é relativo às *entradas de análise* e os *observáveis*. A retórica é tradicionalmente uma disciplina centrada sobre o produtor do discurso (é uma *tekne*), sobre sua intenção expressiva, sobre sua lógica de racionalidade, sobre os tópicos de que dispõe; mas sua evolução a levou a adotar outros pontos de vista de análise e, partindo, a considerar outros observáveis como ponto de partida: de uma parte, saliências formais, configurações textuais, de outra parte, efeitos de recepção, uma eficácia particular sobre um auditório dado. Essa questão de fundamentos empíricos de análise retórica²³ toca necessariamente às ambições generalizantes, ou, ao contrário, particularizantes, da disciplina: que ela pode modelizar? que regularidades ela pode colocar em evidência? Que variáveis deve ela tomar em consideração? Que comensuralidade ela pode construir entre naturezas diversas dessas variáveis (linguísticas, culturais, cognitivas, lógicas, etc.)?

Enfim, essas questões tocam também mais extensivamente à *visada disciplinar* em si, à maneira segundo a qual a questão de conhecimento tomado pela retórica se articula a outros conhecimentos, e ao estatuto de pesquisador face a eles. A retórica permanece assombrada por seu passado de ciência total das humanidades, e, ainda que ela seja fortemente tecnicizada, persegue visadas que desbordam largamente o quadro de uma teoria do discurso. A questão se coloca especialmente de saber se ela deve assumir o papel de uma crítica (ideológica, epistemológica, ética, antropológica) de ‘bons’ e ‘maus’ usos da fala persuasiva, que podem tanto se fixar claramente como uma polícia da *tekne*²⁴ tanto se propor como quadro epistemológico para as práticas discursivas do saber (como a historiografia, por exemplo, Ferry, 2015), tanto fazer fundo sobre uma ética do sujeito da coletividade (Ferry & Sans, dir., 2015), mesmo se inscrever no quadro de uma antropologia geral que busca restituir a atividade de discurso ao centro de uma filosofia do Homem (Danblon, 2013).

Esses nós epistemológicos parecem menos sensíveis nos usos, também mais ou menos explícitos ou assumidos, que são feitos da retórica, ou de certos de seus instrumentos, por outros campos disciplinares. Assim, a atualidade da disciplina deve ser buscada naquilo que lhe permite fecundar outras bandas.

6 Empréstimos retóricos

Sem a preocupação da exaustividade, poderemos aqui assinalar a fortuna que encontra em análise do discurso (midiático, institucional, político) a noção de *fórmula* (Krieg-Planque, 2009), que aparece como uma renovação do campo de estudo de formas dóxicas, ao tomar com as configurações e os jogos do espaço público contemporâneo. Mais geralmente, as ciências da informação e da comunicação aparecem sempre como um lugar de um novo encontro possível

23. Ver o dossiê consagrado a essa questão por Mariane Doury (205).

24. Ver as abordagens da pragma-dialética em torno das “falácias”: van Eemeren & Grootendorst, 1992. A escola de Amsterdam, há muito tempo, fez evoluções sobre essas questões. Para uma atualização em língua francesa, ver van Eemeren & Houtlosser, 2004.



entre abordagens técnicas de discursos, de abordagens sociohistóricas da eventualidade e de seu alcance ideológico, abordagens comunicacionais da construção midiática do espaço público²⁵.

Por sua vez, igualmente, as ciências sociais redescobrem o interesse da retórica para capturar o grão fino de dinâmicas que estruturam as coletividades humanas. Já evocamos o apelo singular do economista Frédéric Lordon “para um estruturalismo de paixões”; em uma abordagem mais empírica, apreciaremos igualmente a abertura praticada pelo trabalho de Francis Chateauraynaud (2011)²⁶, que, se liga, a partir do campo da sociologia, várias vias já evocadas a propósito de estudos argumentativos: o interesse pelas formas socioculturais do desacordo, a refutação de uma postura de sobreposição em benefício de uma abordagem compreensiva que “leva a sério” as categorias de atores, a preocupação de compreender as razões de implantação da prática argumentativa em um espaço público dado e de apreender a eficácia e a temporalidade próprias, na encruzilhada de parâmetros sociológicos e parâmetros linguísticos- em suma, diríamos, a ambição de apreender *culturas retóricas*.

É sobre essa noção que completaremos nosso tour de horizonte; ainda que ela não seja verdadeiramente formulada como tal, ela nos parece representar um traço de união possível entre as parcelas fragmentadas do campo retórico, abrir perspectivas de diálogo interdisciplinar, ao mesmo tempo que ela renova certas intuições mais antigas.

7 Culturas retóricas vs. natureza semiótica?

Sem poder lhes dar aqui todo o desenvolvimento que elas mereceriam, nos contentaremos em apontar uma série de abordagens consistindo grosso modo a identificar os regimes de discursividade em vigor em tal comunidade cultural, a qualificar os valores sociopolíticos que lhe são atribuídos e a reter assim as formas múltiplas de seu desenvolvimento, tanto na produção quanto na recepção. Desde os anos 1960, entretanto, em plena febre estruturalista, o significante retórico aparece para articular as dimensões languageiras, mesmo mais largamente semióticas, e as dimensões sociohistóricas de produções culturais — e isso em dois autores, aliás, opostos sobre o espectro de posições teóricas. Na sua contribuição à obra de Pierre Bordieu sobre a fotografia, Luc Boltanski (1965) pleiteava uma “retórica da figura” que dá um lugar ao “conhecimento operatório” de normas de representação, tais como são encarnadas por práticas de atores (na ocorrência de fotografias de imprensa). Por sua vez, Roland Barthes (1967) tinha avançado a noção de “código retórico”, que abria a semiótica do texto literário a perspectivas sociohistóricas, consistindo em “avaliar, ao mesmo tempo o devir da linguagem literária e sua situação em relação às linguagens não literárias” (*ibid*, p. 33). Os códigos retóricos têm um certo devir endógeno, cujos ritmos podem ser modificados por intervenções sociohistóricas; eles apresentam igualmente um “grau de franqueza” cuja significação varia segundo “a sociedade e a história que as produzem e as consomem.” (*ibid*, p. 35). É essa perspectiva centrada sobre a recepção que abraçará em seguida a

25. Várias obras recentes articulam precisamente essas diferentes abordagens: para uma revisão panorâmica e uma discussão informada, ver Sini (2015).

26. Ver a resenha bastante estimulante que nos oferece Marianne Doury (2012) e que aponta a convergência de paradigmas que evocamos aqui.



retórica reivindicada por Michel Charles. Definida como uma “teoria da eficacidae do discurso” (Charles, 1977, p. 10), ela reabilita o papel do destinatário na interpretação da mensagem (literária). O leitor é situado historicamente em um estado de cultura que coloca à sua disposição uma gama de possíveis hermenêuticas. Elas são determinadas por tipos de códigos retóricos segundo os quais foram produzidos os discursos. Cabe à análise retórica historicizar esses códigos e, portanto, as leituras que eles permitem.

A retórica aqui promovida implica então igualmente uma renovação da história literária. Essa história retórica da literatura parece evidente a conduzir para as épocas como a idade clássica onde o ensino da retórica é explicitamente sistematizado e onde a prática da escritura (literária, mas não unicamente) se concebe quase exclusivamente como decorrendo desse corpo de saberes transmitidos pela Antiguidade²⁷. A unidade da retórica clássica tem espaço na divisão moderna do trabalho discursivo, que nos permite, por vezes, distinguir retrospectivamente os discursos de saber dos discursos de criação. Ao seguir os traços de Fernand Hallyn (2004), uma obra coletiva assim mostra a centralidade de uma teoria da metáfora na literatura de idéias, entre saberes e artes, no início dos tempos modernos (Petey-Girard & Trotot, dir., 2016).

Essa história cultural das formas retóricas, Christelle Reggiani (2008) se esforça a aplicar igualmente a corpus literários “modernos”, que tem a priori escapado justamente ao modelo da cultura oratória clássica. A autora escolhe considerar o descrédito social que atinge a retórica no fim do século XIX como uma das condições de seus novos usos literários (em Balzac, Flaubert, Céline, Aragon, Perec, ou os minimalistas), que continuam a desenhar na memória remanescente dessa disciplina e em intervir em sua eficácia política. Esses usos romanescos da deliberação, da oralidade ou ainda de “poéticas de endereçamento” são orientadas pelo que Reggiani chama “*o devoir discurso* da literatura contemporânea” (*ibid*, p. 8)²⁸.

Mas há mais: a perspectiva retórica, entendida, portanto, como a de uma história cultural de eficacidae (sociopolítica, hermenêutica) de formas semióticas, se aplica igualmente além da prática literária.

Assim, Émiline Seignobos (2011) visa “a fala judiciária” como objeto cultural, estudando ao mesmo tempo questões contemporâneos e seus avatares midiáticos, notadamente nas ficções televisivas: “é, ao assumir, reivindicando a pluralidade e a heterogeneidade de suportes de colocação em circulação do discurso judiciário no social como significantes e férteis que sua análise foi dado por possível, talvez legítima” (*ibid*, p. 171). Quanto a Guillaume Soulez (2011), ele defende a perspectiva de uma “leitura retórica” de produções audiovisuais, que coloca sobre o “potencial deliberativo” de imagens, além da partilha clássica entre “ficção” e “documentário”. Inscrita ao mesmo tempo contra a pressão mimética da leitura poética e contra uma doxa da “manipulação” de espectadores, essa leitura consiste notadamente em levar em conta “a situação do filme e de seu discurso em um ou vários espaço(s) público(s), isto é, precisamente (...) a circulação deliberativa do discurso no espaço público” (*ibid*, p. 221). O autor revisita todo o arsenal teórico da

27. Ver notadamente nessa perspectiva, o trabalho de Gilles Declercq sobre Racine, que dialoga com perspectivas argumentativas e se coloca a questão da “transferência da cultura retórica nos diferentes campos de exercício da cultura oratória” (Declercq, 2004, p. 127).

28. Sobre o programa de uma “história retórica da literatura”, ver igualmente Alain Vaillant (2010): o autor prefere, entretanto, a etiqueta de “poética histórica”.



retórica aristotélica para fazer uma chave de leitura revitalizante de formas fílmicas e seu escopo sociopolítico²⁹.

Para dar um fechamento ao assunto, é necessário observar que essas extensões do domínio da retórica encontram em retorno ecos nas teorias do discurso verbal: Joelle Gardes Tamine (2015) retomam com efeito o espesso arquivo de relações entre a poética e a retórica, a literatura e seu em redor, a ficção e o real, para defender a tese de que “não existem usos orientados e específicos da fala” (*ibid*, p. 10). Sobre o fundo desses usos, a autora redefine o campo do que ela nomeia, sobre uma sugestão de Jean Molino, o campo da “Bela Fala”, balizada pela dupla tradição da tipologia de gêneros de uma parte e da relação entre a ficção e o real de outra parte. Dois projetos imensos (gênero e *mimesis*) que conduzem a retórica em direção a um horizonte antropológico eivado de problematologia:

O homem, sujeito e objeto de questionamento, é assim implicado no uso da linguagem, é em troca ao uso da linguagem que lhe permite essa implicação, portador que é de virtualidades orientadas e de aberturas. De usos cotidianos a Bela Fala, do discurso da ciência à literatura mais hermética, esses são os mesmos mecanismos fundamentais que são colocados em movimento, e eles são fundamentalmente retóricos, ou, para dizer mais precisamente ainda, é a linguagem em seu princípio que é retórica (*ibid*, p. 268). A tese geral, a começar pela apelação mesma de “Bela fala”, é mesmo discutível, mas é necessário mesmo reconhecer o plano de problematização então instaurado explicitamente pela obra: o de uma “retórica generalizada”, que torna obsoleta a partição entre “poética” e “retórica”.

Esse plano nos conduz evidentemente ao Grupo μ , que é, sem dúvida o primeiro a ter formulado desde 1970 o projeto de uma generalização da retórica. Certamente, esse projeto restaria então profundamente marcado pelo textocentrismo do período estruturalista e pela *quête* do Graal da literaridade: isso não impede que o programa de pesquisas aberto inscreva a poesia em um continuum de práticas que devia conduzir até às operações de conhecimento em si mesmas e que encontra, sem dúvida hoje, nos *Principia Semiotica* uma forma de acabamento. Já observamos acima o paradoxo que existia a nosso ver ter passado de um projeto de uma retórica geral de produções culturais a sua culminação sob a forma de princípios semióticos regendo o conjunto do vivente. Este não é o lugar para separar o que ganhamos e que perdemos: deixe-nos, no entanto, observar com os autores que “a proporção entre o mundo natural e o mundo catasemiótico do homem é invertido” (Grupo μ , 2015, p. 437) e que desde então o projeto de uma naturalização da semiogênese encontra sua verdadeira pertinência em seu aspecto mais culturalizado: o que diz respeito aos vínculos entre o indivíduo semiótico e seu corpo social. Nessa perspectiva, sem dúvida, é um pouco redutor definir a retórica como uma forma de recategorização “instável” da experiência (por relação à estabilidade de mediações “científicas”) (*ibid*, p. 480): não é toda a

29. Podemos igualmente situar essas abordagens de culturas retóricas na perspectiva de Rancière de um estudo de uma “partilha sensível”. Ao situar sua proposta na intersecção da história, da estética e da política, o filósofo declara notadamente que: “A aparição de massas sobre a cena da história ou nas “novas” imagens do que não é de início a ligação entre a idade de massas e aquela da ciência e da técnica. É, de início, a lógica estética de um modo de visibilidade que, de uma parte, revoga as escalas de grandeza da tradição representativa, de outra parte, revoga o modelo oratório da fala em benefício da leitura de signos sobre corpos de coisas, de homens e de sociedades.” ((Jacques Rancière, *Le Partage du sensible. Esthétique et politique*, Paris, La Fabrique, 2000, pp. 51-52). Dito de outra forma, as mutações sociohistóricas são inseparavelmente mutações de modelos retóricos de emergência e de visibilidade do sentido em sociedade.



catasemiose que segue o postulado interacionista que a funda, que corresponde finalmente ao campo de fenômenos coberto pela retórica, tomada em sua extensão máxima de estudo de dispositivos semióticos humanos tanto que tem um efeito sobre o mundo veiculado? Partindo, é igualmente o lugar acordado à variação que se encontra redefinido. Contrariamente (talvez?) ao homem e a seus órgãos de percepção, o mundo não é Um: é vivido senão na forma de sociedades eminentemente variáveis o que, conseqüentemente, faz da variação o próprio princípio — mais do que a segunda característica — da emergência e circulação do sentido.

Quaisquer que sejam as bases, são elas seguramente colocadas para que a retórica torne-se novamente o lugar de um diálogo de novo possível, entre uma teoria do sentido, uma filosofia do homem, uma política do social, mesmo de uma ciência vivente. O panorama que nós esboçamos e que — é necessário repetir? — é fortemente condicionado por nossos interesses de pesquisa, mostrou que o diálogo poderia bem tomar numerosas formas de assumir intensidades variáveis, mas que aparecem como o horizonte de problematizações de trabalhos assumindo hoje (mais ou menos explicitamente) uma afiliação à retórica.

Referências

- AMOSSY, R. (2000), *L'Argumentation dans le discours*, Paris, Armand Colin.
- AMOSSY, R. (2010), *La Présentation de soi. Ethos et identité verbale*, Paris, PUF, coll. « L'interrogation philosophique ».
- AMOSSY, R. (2014), *Apologie de la polémique*, Paris, PUF, coll. « L'interrogation philosophique ».
- AMOSSY, R. – KOREN, R. (dir., 2002), *Après Perelman : quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques ?*, Paris, L'Harmattan.
- AMOSSY, R. – KOREN, R. (dir., 2008), *Argumentation et analyse du discours* [enligne], 1 : *L'Analyse du discours au prisme de l'argumentation*, URL : <https://aad.revues.org/171>.
- AMOSSY, R. – KOREN, R. (dir., 2009), *Argumentation et analyse du discours* [enligne], 2 : *Rhétorique et argumentation*, URL : <https://aad.revues.org/206>.
- ANGENOT, M. (1982), *La Parole pamphlétaire*, Paris, Payot.
- ANGENOT, M. (2008), *Dialogues de sourds. Traité de rhétorique antilogique*, Paris, Mille et une nuits.
- ANGENOT, M. – BERNIER, M.A. – CÔTÉ, M. (dir., 2016), *Renaissances de la rhétorique. Perelman aujourd'hui*, Montréal, Nota Bene.
- BARTHES, R. (1964), « Rhétorique de l'image », *Communications*, 4, 40-51.
- BARTHES, R. (1967), « L'analyse rhétorique », in *Littérature et société : problèmes de méthodologie en sociologie de la littérature*, Bruxelles, Éditions de l'Institut de sociologie de l'Université de Bruxelles, 31-35.
- BERRA, A. (2015), « Pour une histoire des humanités numériques », *Critique*, 819-820, 613-626.
- BOLTANSKI, L. (1964), « La rhétorique de la figure. Image de presse et photographie », in P. Bourdieu (dir.), *Un art moyen. Essai sur les usages sociaux de la photographie*, Paris, Minuit, 173-198.



- BONHOMME, M. (2014), *Pragmatique des figures du discours*, 2e éd., Paris, Honoré Champion.
- CALAS, F. et al. (dir., 2012), *Les Figures à l'épreuve du discours : dialogisme et polyphonie*, Paris, Presses de l'Université Paris-Sorbonne.
- CHARLES, M. (1977), *Rhétorique de la lecture*, Paris, Seuil, coll. « Poétique ».
- CHARLES, M. (1995), *Introduction à l'étude des textes*, Paris, Seuil, coll. « Poétique ».
- CHATEAURAYNAUD, Fr. (2011), *Argumenter dans un champ de forces. Essai de balistique sociologique*, Paris, Pétra.
- DANBLON, E. (2013), *L'Homme rhétorique. Culture, raison, action*, Paris, Cerf.
- DECLERCQ, G. (2004), « Schèmes argumentatifs et culture oratoire : l'exemple de Jean Racine », in M. Doury – S. Moirand (dir.), *L'Argumentation aujourd'hui. Positions théoriques en confrontation*, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, 125-157.
- DHONDT, R. et al. (dir., 2013), *COntEXTES* [en ligne], 13 : *L'Ethos en question. Effets, contours et perspectives*, URL : <https://contextes.revues.org/5674>.
- DIAZ, J.L. (2007), *L'Écrivain imaginaire. Scénographies auctoriales à l'époque romantique*, Paris, Honoré Champion.
- DOURY, M. (2012), « Chateauraynaud, Francis. 2011. *Argumenter dans un champ de forces. Essai de balistique sociologique* (Paris : Editions Petra, coll. « Pragmatismes ») », *Argumentation et analyse du discours* [en ligne], 8, URL : <http://aad.revues.org/1245>.
- DOURY, M. (dir., 2015), *Argumentation et analyse du discours* [en ligne], 15 : *Approches empiriques de l'argumentation*, URL : <https://aad.revues.org/2004>.
- DOURY, M. – PLANTIN, Chr. (2015), « Une approche langagière et interactionnelle de l'argumentation », *Argumentation et analyse du discours* [en ligne], 15, URL : <https://aad.revues.org/2006>.
- FAUCONNIER, G. (1984), *Espaces mentaux : Aspects de la construction du sens dans les langues naturelles*, Paris, Minuit.
- FERRY, V. (2015), *Traité de rhétorique à usage des historiens*, Paris, Classiques Garnier, coll. « L'Univers rhétorique ».
- FERRY, V. – SANS, B. (2015), « Introduction : éduquer le regard rhétorique », *Exercices de rhétorique* [en ligne], 5, URL : <http://rhetorique.revues.org/402>.
- FERRY, V. – SANS, B. (dir., 2015), *Exercices de rhétorique* [en ligne], 5 : *Rhétorique et citoyenneté*, URL : <https://rhetorique.revues.org/399>.
- FIX, U. – GARDT, A. – KNAPE, J. (dir., 2008-2009), *Rhetorik und Stilistik. Ein internationales Handbuch historischer und systematischer Forschung*, Berlin – New York, Walter de Gruyter, coll. « Handbücher zu Sprach- und Kommunikationswissenschaft », vols. 31-1 et 31-2.
- FROMILHAGUE, C. (2010), *Les Figures de style*, 2e éd., Paris, Armand Colin, coll. « 128 ».
- FUMAROLI, M. (dir., 1999), *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne*, Paris, PUF.
- GARDES TAMINE, J. (2011), *Pour une nouvelle théorie des figures*, Paris, PUF, coll. « L'interrogation philosophique ».
- GARDES TAMINE, J. (2015), *Poétique et Rhétorique. La littérature et sa Belle Parole*, Paris, Honoré Champion.



- GAUDIN-BORDES, L. – SALVAN, G. (dir., 2015), *Pratiques*, 165-166 : *Étudier les figures en contexte : quels enjeux ?*
- GINGRAS, Y. (dir., 2014), *Controverses. Accords et désaccords en sciences humaines et sociales*, Paris, CNRS Éditions, coll. « Culture et société ».
- GOYET, Fr. (2000), *Le sublime du « lieu commun ». L'invention de la rhétorique dans l'Antiquité et à la Renaissance*, Paris, Honoré Champion, coll. « Bibliothèque littéraire de la Renaissance ».
- GRISHPUN, Y. (dir., 2014), *Langage et société*, 149, 2014/3 : *Ethos discursif*.
- GROUPE μ (1970), *Rhétorique générale*, Paris, Larousse.
- GROUPE μ (1992), *Traité du signe visuel. Pour une rhétorique de l'image*, Paris, Seuil.
- GROUPE μ (2015), *Principia Semiotica. Aux sources du sens*, Bruxelles, Les Impressions nouvelles.
- HALLYN, F. (2004), *Les structures rhétoriques de la science. De Kepler à Maxwell*, Paris, Seuil.
- JACQUIN, J. (2014), *Débattre. L'argumentation et l'identité au cœur d'une pratique verbale*, Louvain-la-Neuve, De Boeck Supérieur, coll. « Champs linguistiques ».
- KRIEG-PLANQUE, A. (2009), *La Notion de « formule » en analyse du discours. Cadre théorique et méthodologique*, Besançon, Presses universitaires de Franche-Comté.
- LAKOFF, G. – JOHNSON, M. (1980), *Metaphors we live by*, Chicago, Chicago UP ; trad. fr. : (1986), *Les Métaphores dans la vie quotidienne*, Paris, Minuit.
- LONGHI, J. – SARFATI, G. (2011), *Dictionnaire de pragmatique*, Paris, Armand Colin.
- LORDON, Fr. (2013), *La Société des affects. Pour un structuralisme des passions*, Paris, Seuil, coll. « L'ordre philosophique ».
- LTTR13 (à paraître), « Les gestes discursifs du savoir », in A. Biglari – G. Salvan (dir.), *Figures en discours*, Louvain, Academia-L'Harmattan.
- MAGRI-MOURGUES, V. – RABATEL, A. (dir., 2015), *Semen*, 38 : *Pragmatique de la répétition*.
- MAINGUENEAU, D. (1993), *Le Contexte de l'oeuvre littéraire. Énonciation, écrivain, société*, Paris, Dunod.
- MICHELI, R. (2014), *Les Émotions dans les discours. Modèle d'analyse, perspectives empiriques*, Louvain-la-Neuve, De Boeck Supérieur, coll. « Champs linguistiques ».
- PERREZ, J. – REUCHAMPS, M. (dir., 2015), *Metaphors and the Social World*, 5/2 : *Political Impact of Metaphors*.
- PETEY-GIRARD, Br. – TROTOT, C. (dir. 2016), *Métaphore, savoirs et arts au début des temps modernes*, Paris, Classiques Garnier.
- PLANTIN, Chr. (2011), « Analogie et métaphore argumentative », *A contrario*, 16, 110-130.
- RABATEL, A. (2008), « Figures et points de vue en confrontation », *Langue française*, 2008/4, 160, 3-17.
- RABATEL, A. (dir., 2011), *Le Français moderne*, 2011/1 : *Figures de l'à-peu-près*.
- REGGIANI, Chr. (2008), *Éloquence du roman. Rhétorique, littérature et politique aux XIXe et XXe siècles*, Genève, Droz.



- ROSENFELD, S. (2011), *Common Sense: A Political History*, Cambridge, MA, Harvard UP ; trad. fr. : (2014), *Le sens commun. Histoire d'une idée politique*, trad. Christophe Jaquet, Presses universitaires de Rennes.
- ROSTECK, Th. (1999), *At the Intersection: Cultural Studies and Rhetorical Studies*, New York, Guilford.
- SAEMMER, A. (2015), *Rhétorique du texte numérique : figures de la lecture, anticipations de pratiques*, Villeurbanne, Presses de l'enssib.
- SALVAN, G. (dir., 2013), *Le Discours et la langue*, 4.2 : *Figures et contexte(s)*.
- SEIGNOBOS, É. (2011), *La Parole judiciaire. Mises en scène rhétoriques et représentations télévisuelles*, Bruxelles, De Boeck – INA éditions.
- SINI, L. (2015), « Événements, discours, médias : réflexions autour de quelques travaux récents », *Argumentation et analyse du discours* [en ligne], 14, URL : <https://aad.revues.org/1912>.
- SOULEZ, G. (2011), *Quand le film nous parle. Rhétorique, cinéma, télévision*, Paris, PUF, coll. « Lignes d'art ».
- STROH, W. (2010), *La puissance du discours. Une petite histoire de la rhétorique dans la Grèce et la Rome antiques*, Paris, Les Belles Lettres, coll. « Le miroir des humanistes ».
- VAILLANT, A. (2010), *L'Histoire littéraire*, Paris, Armand Colin, coll. « U ».
- VALLESPIR, M. – WATINE, M.-A. (2013), « Introduction : le logos est-il violent ? Archéologie de la notion de violence du logos », in L. Kurts-Wöste – M. Vallespir – M.-A. Watine (dir.), *La Violence du logos. Entre sciences du texte, philosophie et littérature*, Paris, Classiques Garnier, coll. « L'Univers rhétorique », 23-43.
- VAN EEMEREN, Fr. – GROOTENDORST, R. (1992), *Argumentation, Communication, and Fallacies: A Pragma-Dialectical Perspective*, Hillsdale, NJ, Lawrence Erlbaum.
- VAN EEMEREN, Fr. – HOUTLOSSER, P. (2004), « Une vue synoptique de l'approche pragma-dialectique », in M. Doury – S. Moirand (dir.), *L'Argumentation aujourd'hui. Positions théoriques en confrontation*, Paris, Presses Sorbonne' Nouvelle, 45-75.

Recebido em: 28/03/2022

Aceito em: 16/04/2022

